

## INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE: UM ESTUDO DE CASO NA BIBLIOTECA DO IFAC - CAMPUS RIO BRANCO

Camila Caroline de Lima Silva<sup>1</sup>  
Suely Oliveira Moraes Marquez<sup>2</sup>

**RESUMO:** A presente pesquisa teve como objetivo analisar as condições de acessibilidade e inclusão para usuários com deficiência na Biblioteca do IFAC. Logo, a investigação permitiu identificar as barreiras, as adaptações que beneficiem os usuários deste espaço. Os procedimentos de pesquisa são bibliográficos, observação pesquisa de campo e análise de conteúdo. Dessa forma, após a observação de todo o espaço, juntamente com a revisão da literatura, dedicamos a analisar a produção de dados baseando-se nos critérios legais que orientam um espaço bibliotecário inclusivo e acessível. As técnicas de interpretação e análise dos dados estão fundamentadas na Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Os resultados obtidos apontam para uma necessidade de adequação em alguns aspectos de acessibilidade para os usuários com deficiência. Esta pesquisa possibilitou reflexões futuras sobre melhorias tanto no espaço físico e arquitetônico quanto na comunicação e no acesso à informação.

**Palavras-chave:** Biblioteca. Inclusão. IFAC. Acessibilidade. Pessoa com deficiência.

**ABSTRACT:** This research aimed to analyze the accessibility and inclusion conditions for users with disabilities in the IFAC Library. Therefore, the investigation allowed us to identify the barriers and adaptations that benefit the users of this space. The research procedures are bibliographic, observation, field research and content analysis. Thus, after observing the entire space, together with the literature review, we dedicated ourselves to analyzing the production of data based on the legal criteria that guide an inclusive and accessible library space. The data interpretation and analysis techniques are based on Bardin's Content Analysis (2011). The results obtained indicate a need for adaptation in some aspects of accessibility for users with disabilities. This research enabled future reflections on improvements both in the physical and architectural space and in communication and access to information.

3482

**Keywords:** Library. Inclusion. IFAC. Accessibility. People with disabilities.

### 1 INTRODUÇÃO

A Inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiência em bibliotecas dos Institutos Federais - IF's são de suma importância para garantir uma educação de qualidade e igualitária. Esses ambientes são centros de conhecimento e necessitam ser planejados para atender as necessidades dos estudantes e dos profissionais em educação, independentemente de suas

<sup>1</sup>Bacharelanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

<sup>2</sup>Doutora em Educação pela Universidade Federal do Amazonas. Professora Associada da Universidade Federal do Amazonas. Orientadora.

habilidades ou limitações. A acessibilidade vai além da adaptação física das instalações. Implica na disponibilização de materiais e recursos em formatos acessíveis, como livros em Braille, audiolivros, materiais digitais, presença de tradutores-intérpretes em Libras e que respeitem as normas de acessibilidade, assegurando que todos os alunos possam obter as informações claras.

Nesse ínterim, a inclusão estimula um ambiente educacional diversificado, pois promove a interação entre alunos, servidores e comunidade em geral. Logo as bibliotecas dos IF's podem ser campo de desconstrução de preconceitos e de sensibilização da comunidade acadêmica sobre empatia e solidariedade. Além disso, contribuem para a formação de indivíduos conscientes e preparados para atuar em uma sociedade tão diversificada como a nossa.

Outro fator importante é a presença de profissionais capacitados, como bibliotecários treinados em acessibilidade, pois estes desempenham papel fundamental na orientação e no suporte aos usuários, criando um ambiente acolhedor e acessível. Programas de formação continuada para esses profissionais garantem que as práticas de inclusão sejam constantemente atualizadas e eficazes.

Por fim, a promoção da acessibilidade e inclusão não deve apenas atender às exigências legais, mas também enriquecer a cultura escolar. Bibliotecas devem ser campos de valorização da diversidade e espaços de inovação, criatividade e aprendizado colaborativo. Todavia, as bibliotecas dos IF's podem ser modelos de referência inclusiva, assegurando que todos os usuários tenham igualdade de acesso ao conhecimento. Dessa forma, contribuímos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

3483

### **1.1 Apresentação do tema e/ou objeto e/ou fenômeno e suas delimitações**

A biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre -IFAC desempenha um papel vital no apoio à educação e à pesquisa, servindo como um espaço de aprendizado e interação para alunos, professores e comunidade em geral. Localizada em um contexto geográfico e cultural, a biblioteca reflete a diversidade do Estado do Acre e busca atender às necessidades de todos os seus usuários, promovendo a inclusão e a acessibilidade como pilares de sua atuação.

Diante desse contexto, compreendemos que a acessibilidade na biblioteca vem a ser uma prioridade não apenas legislativa, mas uma prática diária. Logo, está pesquisa tem como objetivo observar se o espaço está equipado com recursos adaptados para pessoas com

deficiência, como prateleiras em altura adequada, sinalização em Braille, atendimento em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e materiais em formatos acessíveis. Além disso, observaremos se a biblioteca conta com Tecnologia Assistiva – TIC's que permitem a leitura e a pesquisa de forma inclusiva, garantindo que todos possam usufruir do acervo e participar das atividades.

Em primeiro lugar, a inclusão é promovida por meio de iniciativas que buscam sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a importância de se respeitar a diversidade humana. Programas de leitura inclusiva, oficinas e palestras são exemplos de ações que podem ser organizadas para que os usuários com e sem deficiência interajam e aprendam juntos, criando um ambiente colaborativo.

Autoras como Fonseca; Gomes; Vanz (2016) discutem a importância das bibliotecas universitárias<sup>3</sup>, identificando as condições de acessibilidade física e informacional oferecidas aos usuários e os recursos de acessibilidade disponíveis. As autoras argumentam que a biblioteca deve ser um espaço de acolhimento e apoio, fundamental para o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos a partir de uma avaliação feita baseada na norma de acessibilidade NBR 9050/2024 e NBR 15599/2008.

Além disso, a pesquisa de Costa (2015) ressalta a relevância da formação de bibliotecários em cursos de práticas inclusivas, destacando a necessidade de capacitação contínua para que esses profissionais possam atender adequadamente a todos os usuários; da formação continuada para o desenvolvimento de competências; e o convívio com a diversidade para a atuação dos profissionais da informação em uma sociedade inclusiva. Logo, a interlocução entre a Biblioteconomia e a Educação Inclusiva contribui para a concepção de bibliotecas acessíveis.

3484

Ao refletir acerca, a presente pesquisa analisa a biblioteca do IFAC destacando tanto a qualidade de seu acervo, quanto a missão de promover acessibilidade e inclusão. Aderindo essas práticas, a biblioteca contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados, refletindo os valores de um ensino de qualidade, voltado para o desenvolvimento social e humano.

<sup>3</sup> Os Institutos Federais de Educação podem ofertar educação básica de nível médio/técnico, técnico subsequente, educação superior na modalidade de graduação e pós-graduação Stricto Sensu e Latu Sensu, cursos de curta e longa duração conforme Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

### 1.2 Problema(s), questão(ões) norteadora(s) e/ou hipótese(s)

O IFAC é uma instituição que busca em sua missão a inclusão escolar e social de toda a sua comunidade, a partir de suas práticas educacionais e sociais. Tem como objetivo a formação para o mundo do trabalho e para o convívio em sociedade, exercendo a plena cidadania. Além disso, desenvolve ações para suprimir barreiras físicas e comunicacionais, buscando oferecer espaços inclusivos e acolhedores. Não obstante, em meados de 2019 a Biblioteca do Campus Rio Branco passou por uma reforma em seu espaço físico, aumento de acervo e contratação de servidores. Diante dessa perspectiva, a questão que norteará essa pesquisa é: Quais as atividades que a Biblioteca do Campus Rio Branco desenvolve para incluir usuários com deficiência em seu ambiente?

### 1.3 Justificativa(s) da pesquisa, acadêmica(s) e/ou pessoal(is)

De acordo com os estudos da Ciência da Informação, a biblioteca é o centro de informação dentro de um cenário escolar e por isso deve ser um ambiente físico acessível e organizado para dar maior possibilidade aos seus usuários. Apesar de existirem muitas legislações e diretrizes que orientam para que esses ambientes promovam tais mecanismos, sabemos que de fato, ainda existem muitas barreiras arquitetônicas e comunicacionais para os usuários das bibliotecas. Dessa forma, a justificativa do trabalho se dá pela necessidade de discutir a inclusão e a acessibilidade em diferentes espaços, tanto físico quanto informacional, e nesse caso em uma biblioteca de um Instituto Federal que atende um público diverso em idade, classe social e cultural. Certamente, a pessoa com deficiência é um usuário importante para a biblioteca, pois ele não é somente usuário da sala de aula, mas de todos os setores da instituição. Na biblioteca o usuário vem em primeiro lugar, portanto a acessibilidade é prioridade no espaço educacional.

3485

Segundo Santos, Gracioso, Amaral (2018):

Cabe ressaltar que as bibliotecas dos Institutos Federais, por atenderem a um público distribuído em diferentes níveis de ensino, recebem uma demanda informacional que somada ao compromisso social da instituição, não permite que elas se enquadrem perfeitamente nos conceitos de tipologias de bibliotecas já estabelecidos na literatura, identificados como: biblioteca escolar, universitária, especializada, pública e comunitária. O ajustamento dos produtos e serviços às peculiaridades e singularidades existentes nas bibliotecas dos Institutos Federais configuram-se como lacuna carente de entendimento para os bibliotecários. Dessa forma, subentende-se que as bibliotecas dos Institutos Federais estão em fase de organização e consolidação dentro desse novo modelo institucional, sendo necessárias, portanto, novas reflexões e estudos por parte dos bibliotecários enquanto gestores dessas unidades e cientistas da informação

(Santos, Gracioso, Amaral, 2018, p. 29).

Essa perfil se caracteriza pelo aspecto de que os IF's apesar de terem seus elos ligados a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909, passaram por uma reformulação em 2008 através da Lei nº 11.982 que reestruturou toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do país. (Santos, Gracioso, Amaral, 2018).

Atualmente, são 685 unidades no Brasil<sup>4</sup>, com previsão de expansão e construção de 100 IF's em todos os estados do país até 2026. No Acre, o IFAC possui campis nos municípios de Rio Branco (Campus Rio Branco e Campus Agrícola Baixada do Sol), Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá, Xapuri e previsão para construção de um campus no município de Feijó.

#### **1.4 Objetivos**

##### **1.4.1 Geral**

Analizar as condições de acessibilidade e inclusão para usuários com deficiência na Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – Campus Rio Branco.

##### **1.4.2 Específicos**

3486

Para o desenvolvimento do mencionado objetivo, outros se fazem necessários. Assim, temos como objetivos específicos:

- a) Identificar quais ações o IFAC desenvolve que contemplam o atendimento às pessoas com deficiência;
- b) Averiguar as distintas dimensões de acessibilidade na Biblioteca do IFAC – Campus Rio Branco;

#### **1.5 Metodologia e procedimentos operacionais**

Em vista da situação, esta proposta de pesquisa seguirá uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, que se configura em objetivos de base explicativa e descritiva em um contexto específico de acessibilidade e inclusão em uma biblioteca. A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, devido ao fato de ser uma proposta para se refletir sobre os direitos

<sup>4</sup> Fonte: Portal do Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/novos-campi-de-institutos-federais-iniciam-obras-em-2024>. Acesso em: 14 nov. 2024.

fundamentais de acessibilidade e inclusão em espaços como bibliotecas, particularmente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – Campus Rio Branco, situado no município de Rio Branco/AC.

Os procedimentos da pesquisa são bibliográficos, por revisão de literatura, pesquisa de campo e análise de conteúdo. A produção de dados será constituída após a observação do espaço. Após essa etapa, juntamente com a revisão literária, iremos para a análise de conteúdo que se caracteriza por analisar os critérios legais para almejar um espaço bibliotecário inclusivo e acessível dentro das possibilidades que o IFAC dispõem. As técnicas de interpretação e análise dos dados estão fundamentadas na Análise de Conteúdo de Bardin (2011).

### 1.6 Caracterização da pesquisa

A metodologia da pesquisa segue em uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, quanto aos objetivos explicativa e descritiva, quanto aos procedimentos bibliográfica, por meio de revisão de literatura, quanto a técnica de pesquisa para coleta de dados será por meio da observação e quanto a análise dos dados será por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2011).

A abordagem qualitativa, de natureza aplicada tem por objetivo explorar em profundidade percepções, experiências, e significados Segundo Minayo (1994, p. 21), a pesquisa qualitativa é “[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado [...]”.

3487

Quanto aos objetivos, a pesquisa é explicativa e descritiva baseando-se na seguinte definição do que é uma pesquisa explicativa conforme Severino (2016, p.132): “[...] aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental/matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos”.

No que diz respeito a pesquisa descritiva, Gil (2002, p. 42) afirma que:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (Gil, 2002, p. 42).

A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características, comportamentos, opiniões ou situações de um grupo ou fenômeno específico, sem necessariamente investigar causas ou relações de causa e efeito. Comum em várias áreas do

conhecimento, como ciências sociais, educação, economia e marketing, para explicitar o "o que" e o "como" dos fenômenos.

A revisão bibliográfica é o alicerce para a pesquisa científica, pois possibilita o desenvolvimento teórico no âmbito da pesquisa. Além disso, é fundamental que primeiramente o pesquisador comprehenda o tema e o que já foi exposto por outros autores na classe científica. Deste modo, a pesquisa bibliográfica ampara a delimitação do problema proposto no presente estudo. Logo, uma pesquisa bibliográfica desenvolve-se como:

Aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha das contribuições dos autores dos estudos analíticos constates dos textos (Severino, 2016, p. 131).

Nessa perspectiva, a pesquisa bibliográfica tornou-se indispensável para o desenvolvimento deste estudo, pois proporcionou a base teórica para compreendermos o objeto discutido. Portanto, procedeu-se por meio da revisão de livros, artigos, teses, dissertações e outros materiais aproximandos do tema da pesquisa.

## 1.7 Etapas da pesquisa

3488

A etapa da pesquisa é o momento em que o pesquisador, após uma primeira revisão da literatura, dedica-se aos seus objetivos, tanto o geral quanto os específicos, em busca de respondê-los. Com o intuito de conhecer as ações que o IFAC desenvolve para aprimorar o atendimento de pessoas com deficiência, apoiamos em uma interpretação estruturada em etapas que incluíram: a) averiguação no site da instituição em busca de informações/publicações oficiais; e b) conversa informal com a responsável pela coordenação da biblioteca do Campus Rio Branco.

Em busca de examinar as diferentes dimensões de acessibilidade na Biblioteca do Campus Rio Branco, examinamos tanto a acessibilidade física e arquitetônica quanto as condições de acesso à informação e aos serviços, a partir das referidas etapas: a) acesso ao campus da entrada até o espaço físico da biblioteca; b) acessibilidade tecnológica, digital e pedagógica; e c) acessibilidade comunicacional e o atendimento inclusivo.

## 1.8 Instrumentos de coleta de dados

No primeiro momento, foi realizado uma pesquisa no site da instituição para verificar informações ou publicações que pudessem dispor sobre o desenvolvimento de políticas de inclusão e acessibilidade no IFAC; possíveis regulamentações internas; e procedimentos adotados para um atendimento inclusivo; consultamos documentos como o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI; Resolução nº 40/2016 - CONSU/IFAC (Dispõe sobre a Política de Formação e Desenvolvimento de Acervo do IFAC); Resolução nº 164, de 09 de setembro de 2013 (Dispõe sobre as Normas de Funcionamento e Uso das bibliotecas do IFAC) ; Resolução CONSU/IFAC nº 26, de 20 de agosto de 2021 (Dispõe sobre a Política do Repositório Institucional do IFAC).

Em seguida, realizamos visita *in loco*, para observação do espaço físico e pesquisa acerca os programas e quais adaptações são disponibilizadas aos usuários com deficiência, como por exemplo, recursos de acessibilidade física, acessibilidade comunicacional e informacional e suporte pedagógico através de materiais adaptados. A observação é parte da pesquisa qualitativa, pois permite a utilização de diferentes técnicas para a geração de dados.

Em face do exposto, compreendemos que a coleta de dados referente a acessibilidade em uma biblioteca por meio da observação, envolve um olhar cuidado acerca das condições físicas, tecnológicas e de atendimento, buscando identificar possíveis barreiras e facilitadores para usuários com deficiência. Logo, fotografamos o ambiente para uma análise deste espaço, verificando desde a entrada do campus, o espaço do estacionamento, se existem rampas de acesso com inclinação adequada, portas amplas para facilitar a passagem de usuários de cadeiras de rodas e sinalização de entrada acessível. Se existem banheiros com barras de apoio, portas largas, altura adequada dos vasos e pias, e espaço adequado para manobrar cadeiras de rodas.

3489

Observamos se a biblioteca dispõe de computadores e outros dispositivos com recursos acessíveis, como teclados adaptados, mouses especiais e software leitor de tela, bem como materiais em Braille para pessoas com deficiência visual. Além de, softwares de ampliação de tela, leitores de tela, aplicativos de transcrição de áudio e outras ferramentas que facilitem o acesso à informação para pessoas com deficiência visual ou auditiva. A existência de sinalização em Braille para identificar seções, salas, banheiros e saídas de emergência, além de placas em altura e contraste visual adequados. A presença de profissionais capacitados em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS ou recursos de vídeo interpretação para atender usuários surdos.

Esses foram alguns dos elementos que destacamos nesta pesquisa.

### 1.9 Análise dos dados

Após a coleta das informações abordamos a técnica de interpretação e análise dos dados fundamentada na Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Proceder com a análise de conteúdo é observar que o início da interpretação pode ser pela mensagem verbal, silenciosa, gestual, documental, etc. Definida pela autora como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. [...] A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não) (Bardin, 2011, p. 44).

Dessa forma, a análise de conteúdo, nesta pesquisa, se concebeu como uma oportunidade de observar as mensagens significativas, tendo em vista, que a interpretação de dados ocorreu ao longo de toda a pesquisa, na realização de cada etapa, como forma de conhecer a literatura estudada, as políticas públicas de inclusão e acessibilidade e as normativas que regem as bibliotecas.

Para tal, primeiro fizemos o levantamento dos documentos institucionais e legais, como o PDI; Resolução nº 40/2016 - CONSU/IFAC; Resolução nº 164/2013; Resolução CONSU/IFAC nº 26/2021 e demais documentos que instrui a aplicabilidade de normas para funcionamento da biblioteca do IFAC. Posteriormente, fizemos uma análise documental para identificar os temas e categorizar os elementos de respostas, que correspondem o conjunto de ideias comuns na revisão literária contrapondo com a visita in loco e as imagens registradas.

Bardin (2011, p. 149) destaca o que são os processos de categorização “O sistema de categorias não é fornecido, antes resulta da classificação analógica e progressiva dos elementos. O título conceitual de cada categoria somente é definido no final da operação”.

De usufruto dessa categorização, atingimos duas categorias e quatro temas que consistem na elucidação do objeto de estudo. Em nosso caso, o objeto se volta para a inclusão e a acessibilidade em uma biblioteca.

Essas categorias foram delineadas após a observação de alguns quesitos que Bardin (2011) afirma serem necessários para adequação da construção dessas categorias. Quanto a homogeneidade, levamos em consideração a proporção da análise, ou seja, a dimensão que esses temas possuem; em relação aos objetivos da pesquisa é importante pensar quais são as nossas intenções enquanto pesquisadores; qual nosso real objetivo; e a questões norteadora dessa

pesquisa.

Consideramos importante, nesse momento, expormos como estão organizados os temas e as categorias conforme quadro abaixo.

**Quadro 1** – Categorias e Temas

CATEGORIAS	TEMAS
Acessibilidade e Inclusão	Condições estruturais de acessibilidade e inclusão; Condições informacionais de acessibilidade e inclusão;
Políticas Públicas e Regimentos para Bibliotecas	Documentos que regem e orientam as bibliotecas; Ações desenvolvidas pelo IFAC;

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

Após a sistematização dos temas e das categorias, passamos para etapa final que consistiu na análise de conteúdo: o trato dos resultados, ou seja, inferência e interpretação.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

O referencial teórico em uma pesquisa tem por objetivo proporcionar fundamentação capaz de servir como elemento para subsidiar as questões por meio dos dados coletados durante a pesquisa. Desse modo, apresentamos em linhas gerais, a sistematização do referencial teórico que tem dado sustentação a presente pesquisa. Nesta seção, será realizada uma discussão com base em textos de autores na literatura da área de Biblioteconomia, Inclusão e Acessibilidade em bibliotecas dos IF's e a história do IFAC. A partir das legislações discutiremos o que abrange os direitos fundamentais de acessibilidade e inclusão em espaços como bibliotecas dos institutos federais.

3491

Sobre o papel da Biblioteca no processo de inclusão escolar, abordaremos a pesquisa de Mazzoni *et al* (2001). Para melhor compreensão foram estabelecidas as dimensões de acessibilidade sugeridas por Sasaki (2010). Com base nos estudos da norma da ABNT (NBR 9050/2024) analisaremos os critérios para uma biblioteca acessível dentro das dimensões: física e arquitetônica. Para compreender o papel dos IF's nosso estudo será baseado em Silva (2019) e Santos, Gracioso, Amaral (2018). Além disso, abordaremos as seguintes legislações: Portaria nº 1.679 de 2 de dezembro de 1999 - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências; Lei nº 10.098/2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Lei Federal nº 10.753, de 30 de outubro de 2003 - Institui a Política

Nacional do Livro; Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva, entre outras.

## 2.1 Acessibilidade nas bibliotecas

No século XX, ocorreram grandes avanços na compreensão das diferenças individuais e da complexidade humana, como por exemplo, os nossos valores, nossa cultura e as formas de organização social. Nesse período, os direitos humanos começaram a se definir a partir de lutas e debates comunitários, fortalecidos pela preocupação crescente com a inclusão de pessoas com deficiência em ambientes sociais, como a escola, o parque, os hospitais ou o mercado de trabalho. Logo, a sociedade passou a compreender que pessoas com deficiência possuem habilidades específicas, e necessidades diferentes de condições para realizar determinadas atividades.

Outro fator importante, foi o surgimento das tecnologias que tem incentivado principalmente novos produtos e serviços nas áreas de informática e comunicação, possibilitando que muitas pessoas com deficiência encontrem suporte para investir em estudos, trabalho e ao lazer, participando de forma ativa no desenvolvimento da sociedade.

Todavia, espaços acessíveis para pessoas com deficiência é crucial para construção de uma sociedade equalitária. A acessibilidade não é apenas uma questão de cumprimento dos dispositivos legais; é, sobretudo, compromisso com o respeito e a dignidade dos cidadãos, livre de suas características físicas, sensoriais ou intelectuais.

Mazzoni *et al* (2001, p. 29) afirmam que:

Os ambientes universitários estão associados à produção e disseminação do conhecimento, destacando-se a informação como um dos elementos relevantes neste processo. Para todas as pessoas, ter o acesso à informação é parte indissociável da educação, do trabalho e do lazer, e isso, naturalmente, também se aplica às pessoas portadoras de deficiência. São as pessoas que constroem o conhecimento, gerando informação, e esta diferença de posição, de agente passivo a agente ativo do conhecimento, corresponde a uma grande diferença qualitativa, como é observado, ao longo da história humana, com o desenvolvimento das linguagens simbólicas para comunicação com os surdos (língua de sinais) e com os cegos (código braile). Podemos, portanto, dizer que a qualidade da informação e, consequentemente, a produção e a disseminação do conhecimento estão relacionadas também com a acessibilidade.

Em uma sociedade globalizada, que ainda dispõe de barreiras físicas, arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais para pessoas com deficiência, é importante que o ambiente – desde calçadas até transportes públicos, locais de trabalho e espaços sociais – sejam apropriados

às necessidades de todos. Sem acessibilidade, pessoas com deficiência enfrentaram maiores desafios e impedirá uma participação efetiva na sociedade.

Mazzoni *et al* (2001, p. 34) discorrem que:

A acessibilidade é um processo dinâmico, associado não só ao desenvolvimento tecnológico, mas principalmente ao desenvolvimento da sociedade. Uma sociedade que se preocupa em garantir às pessoas portadoras de deficiência o direito de participar da produção e disseminação do conhecimento certamente contará com a participação dessas pessoas, de forma ativa, em todos os demais setores da sociedade.

Além disso, os espaços como as bibliotecas, são ambientes de convivência harmoniosa reforçado pela diversidade do público, favorecendo não apenas aqueles que têm deficiência, mas todos os usuários. Quando a inclusão existe, existe também um ambiente em que cada indivíduo exerce seus direitos. Logo, desenvolvemos uma sociedade inclusiva e receptiva.

Diante do exposto, ressaltamos o quanto é crucial o investimento em acessibilidade e, antes de tudo, investimento em ações que respeitem a igualdade. A preparação de espaços acessíveis como as bibliotecas, possibilita aos seus usuários o desenvolvimento do potencial individual e a participação em atividades promovidas nesse espaço, superando as barreiras existentes e promovendo a inclusão entre os seus usuários.

## 2.2 Inclusão social

3493

As bibliotecas são consideradas instituições sociais, que difundem diferentes valores culturais aos seus usuários. Com as mudanças sociais e tecnológicas que caracterizam a sociedade contemporânea, a biblioteca tem sido cada vez mais desafiada a se adaptar, a fim de oferecer serviços e produtos inovadores, adequados e de alta qualidade, garantindo um atendimento de qualidade e inclusivo.

Na implementação desses serviços e oferta de produtos, um aspecto essencial para esses ambientes é a inclusão social, que tem como ênfase o compromisso do bibliotecário em realizar ações focadas na melhoria contínua dos serviços em geral. Nessa perspectiva, Sassaki (2010) explica o que é inclusão social:

A inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, consequentemente, uma sociedade para todos. A inclusão (na escola, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde etc.) significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida. (Sassaki, 2010, p. 167).

Nessa lógica, é fundamental conhecer e compreender os conceitos contidos na legislação e nos movimentos políticos e sociais relacionados com o processo de inclusão com o intuito de criar ações para a inclusão das pessoas com deficiência em todos os espaços sociais.

### **2.2.1 Legislação brasileira e políticas públicas**

As legislações e políticas públicas desempenham um papel fundamental na inclusão e acessibilidade em bibliotecas, pois garantem o direito de acesso à informação, promovem a igualdade de oportunidades e asseguram que todos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sensoriais, possam usufruir dos serviços disponibilizados nesses espaços.

A relevância política e social desses documentos assegura os direitos, a promoção da igualdade, o desenvolvimento de estratégias pedagógicas, apoio a pesquisa, promoção da diversidade cultural e implica positivamente na formação profissional e social desses indivíduos.

As principais legislações federais que norteiam a inclusão e acessibilidade em espaços como as bibliotecas são: norma da ABNT NBR 9050/2024; Portaria nº 1.679 de 2 de dezembro de 1999; Lei nº 10.098/2000; Lei Federal nº 10.753/2003; Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva e; Lei nº 13.146/2016 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Discutiremos sobre essas legislações ao longo do texto.

3494

### **2.3 Os Institutos Federais e suas bibliotecas**

As bibliotecas dos IF's reúnem distintas particularidades de outros modelos de bibliotecas, assim como seus usuários, constituídas de características diferentes o que exige da pesquisa na área de Biblioteconomia novos estudos e aperfeiçoamento nas práticas profissionais. Segundo Santos, Gracioso, Amaral (2018, p. 26): “A produção científica sobre essas bibliotecas está em fase inicial, uma vez que os Institutos Federais foram criados em dezembro de 2008 e a história dessas bibliotecas está relacionada à criação desses institutos [...]”.

Segundo Silva (2019), os IF's foram criados pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008. O objetivo da criação é atender uma população diferenciada a partir de uma proposta pedagógica que integra a educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades de ensino.

Os IF's surgiram das Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET's e estão vinculados à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPTC. Tem como característica principal a formação e a qualificação de cidadãos para atuarem profissionalmente nas diversas esferas da sociedade, enfatizando o desenvolvimento socioeconômico nacional, regional e local (Silva, 2019).

Dessa forma, o campo desta pesquisa voltou-se para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, criado pela Lei nº 11.892/2008, de 29 de dezembro. Atualmente, o IFAC tem uma estrutura de seis campis distribuídos nos municípios de Rio Branco (2 campis), Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri. O Campus Rio Branco é o *lócus* da pesquisa.

A biblioteca do IFAC – Campus Rio Branco é regulamentada pela Resolução nº 40/2016 - CONSU/IFAC - Dispõe sobre a Política de Formação e Desenvolvimento de Acervo do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Acre; Resolução nº 164, de 09 de setembro de 2013 - Dispõe sobre as Normas de Funcionamento e Uso das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre e; Resolução CONSU/IFAC nº 26/2021, de 20 de agosto de 2021 - Dispõe sobre a Política do Repositório Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

3495

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção tem a finalidade de apresentar e analisar as categorias e os temas definidos para a análise de conteúdo da produção de dados. No que diz respeito as “**Condições estruturais de acessibilidade e inclusão**”, da biblioteca investigada, entendemos que acessibilidade se refere a estrutura física, arquitetônica, informacional e comunicacional. Para que a acessibilidade ocorra é necessário a eliminação dessas barreiras. Logo, ao observarmos o acesso a entrada do campus, este dispõe de uma parada de ônibus que dá acesso ao portão principal do campus, com escada e rampa. No entanto, usuários de cadeira de rodas entram pelo mesmo espaço que os carros e motos, colocando em risco a segurança desses usuários. O estacionamento é amplo, possui sinalização com placas identificação as vagas para pessoas com deficiência, gestantes e idosos. A entrada é ampla e o corredor que dá acesso a biblioteca, que fica no piso superior, pode ser por escada ou por uma rampa ampla. A porta de entrada da biblioteca é ampla, os banheiros são acessíveis, possuem barra de apoio e amplo para manobra de cadeira de rodas,

conforme NBR 9050/2024. Sobre o piso tem-se o piso tátil para facilitar o acesso de pessoas cegas, conforme NBR 16537/2024. As estantes são altas, porém tem servidores que auxiliam na busca de materiais pedagógicos. Portanto, no que diz respeito a análise dessa categoria, a biblioteca do IFAC, atende parcialmente os aspectos de acessibilidade.

A Norma ABNT 9050/2024 item 3.1.1 discorre sobre acessibilidade física e arquitetônica:

[...] possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (Brasil, 2024, p. 2).

No que diz respeito ao segundo tema “**Condições informacionais de acessibilidade e inclusão**”, destaca-se entre os servidores, a presença de um tradutor-intérprete para atender pessoas surdas. O sistema informacional de busca de acervo é o software SIGAA-IFAC, em sua página inicial existe a ferramenta para letras ampliadas para acesso por pessoas deficientes visuais. Todavia, o software não dispõe de janela de Libras, que auxiliem pessoas surdas ou deficientes auditivas, descumprindo parcialmente o que diz a NBR 15599/2008 no item 5.3.2.6:

Escolas, bibliotecas e demais espaços educativos devem prover equipamentos e programas de computador com interfaces específicas, como ampliadores de tela, sintetizadores de voz, impressoras e conversores braille, entre outras possibilidades (Brasil, 2008, p. 9).

Na revisão da literatura buscamos respostas para nossa categoria “**Documentos que regem e orientam as bibliotecas**”, com o intuito de identificar orientações sobre como transformar bibliotecas em espaços acessíveis e inclusivos para pessoas com deficiências. No site do IFAC as normativas internadas encontradas, não fazem referência no que diz respeito aos espaços físicos e arquitetônicos, a acessibilidade informacional e comunicacional.

Todavia, por se uma instituição de âmbito federal pode e deve seguir orientações das normativas federais. Portanto, as legislações que amparam e orientam as bibliotecas são: Constituição Federal de 1988 Art. 5º e Art. 6º: Garantem a igualdade de direitos e o acesso à educação e cultura e Art. 215 e Art. 216: Determinam que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional; Conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 13.146/2015, estabelece normas para assegurar e promover, em condições de igualdade, os direitos das pessoas com deficiência, em seus artigos: Art. 3º: Determina que os equipamentos culturais, incluindo bibliotecas, devem garantir a acessibilidade física e atitudinal. Art. 4º: Estabelece que o acesso à leitura e à informação deve ser assegurado por meio de formatos acessíveis, como Braille, audiolivros e textos digitais; Lei

nº 10.098/2000, a Lei da Acessibilidade, dispõe sobre normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, em seus artigos: Art. 2º e Art. 3º: Regulam a adaptação de espaços públicos, incluindo bibliotecas, para serem acessíveis a todos; Decreto nº 5.296/2004: regulamenta a referida lei e reforça as exigências de acessibilidade em bibliotecas e outros espaços culturais; Lei nº 12.244/2010, Lei das Bibliotecas Escolares, tem por objetivo a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino públicas e privadas do Brasil. Embora não trate diretamente de acessibilidade, pressupõe que essas bibliotecas sejam inclusivas e acessíveis; Decreto nº 9.296/2018, regulamenta o uso de recursos de tecnologia assistiva para assegurar acessibilidade à informação e à comunicação em formatos acessíveis; Resolução nº 7/2018 do Conselho Nacional de Educação, dispõe sobre a política de inclusão na educação básica, destacando que os espaços de aprendizagem, incluindo bibliotecas, devem ser adaptados para atender a estudantes com deficiência, além das Normas Técnicas da ABNT.

No que tange a categoria “**Ações desenvolvidas pelo IFAC**”, não encontramos publicações no site sobre ações desenvolvidas pela instituição direcionadas para a biblioteca do Campus Rio Branco ou que envolvam servidores e usuários deste espaço. No entanto, o campus dispõe do Núcleo de Apoio às pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE. Este setor é responsável pela elaboração de materiais adaptáveis, orientação aos servidores sobre como proceder com pessoas com deficiência. Os servidores que buscam o apoio do NAPNE podem encontrar tradutores-intérpretes, revisor de texto de Braille, professores da educação especial, entre outros servidores, sempre dispostos a orientar no que for necessário.

3497

Ao analisarmos a inclusão, não identificamos elementos que caracterizem a biblioteca do campus Rio Branco como um ambiente não inclusivo. Isso se deve ao fato de os servidores reconhecerem a importância de atender a todos de forma igualitária e investirem em formação continuada. Além disso, a presença de um revisor Braille e de um tradutor-intérprete reflete o compromisso da instituição com a inclusão e a acessibilidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas dos IF's exprimem um amplo campo de pesquisa científica, tendo em vista a necessidade de adequar produtos e serviços para uma clientela diversificada de usuários, por ser uma instituição com níveis educacionais distintos e por seu papel na formação

educacional. Logo, esse espaço necessita não apenas de um acervo adequado, mas de um espaço acessível e um ambiente inclusivo em busca de atender a todos igualitariamente.

O presente estudo concluiu que as bibliotecas dos IF's representam um desafio para bibliotecários e auxiliarem em biblioteca, pois estes precisam buscar formação continuada com bastante frequência, considerando os usuários, as políticas públicas e os documentos internos que sofrem mudanças sempre que necessário.

Contudo, esta pesquisa reuniu dados sobre acessibilidade e inclusão na Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – Campus Rio Branco, com o objetivo de contribuir para pesquisas futuras e levantar uma reflexão acerca de possíveis mudanças no futuro para tornar o ambiente mais acolhedor, reduzindo as barreiras existentes para os usuários com deficiência. Compreendemos que esse é um desafio difícil, porém não é impossível, considerando que a instituição dispõe de material humano comprometido com a educação e com a inclusão.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

3498

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15599**: Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16537**: Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm). Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.296, de 1º de março de 2018**. Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto

da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9296.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9296.htm). Acesso em: 16 nov. 2024.

**BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.** Resolução CONSU/IFAC nº 26, de 20 de agosto de 2021. Dispõe sobre a Política do Repositório Institucional. Disponível em: <https://ifac.edu.br/orgaos-colegiados/conselhos/consu/resolucoes/2021/resolucoes-2021-1/resolucao-consu-ifac-no-26-2021>. Acesso em: 10 out. 2024.

**BRASIL. Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Acre.** Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/o-ifac/planejamento-e-desenvolvimento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional/pdi-2020-2024>. Acesso em: 16 nov. 2024.

**BRASIL. Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Acre.** Resolução nº 40/2016 - CONSU/IFAC. Dispõe sobre a Política de Formação e Desenvolvimento de Acervo. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/orgaos-colegiados/conselhos/consu/resolucoes/2016/resolucoes-2016-1/resolucao-consu-ifac-no-40-2016>. Acesso em: 10 out. 2024.

**BRASIL. Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Acre.** Resolução nº 164, de 09 de setembro de 2013 - Dispõe sobre as Normas de Funcionamento e Uso das bibliotecas. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/orgaos-colegiados/conselhos/consu/resolucoes/2013/resolucoes-2013-1/resolucao-consu-ifac-no-164-2013>. Acesso em: 10 out. 2024.

**BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm&gt;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm&gt;) Acesso em: 30 out. 2024.

3499

**BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003.** Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.753.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm). Acesso em: 30 set. 2024.

**BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 16 nov. 2024.

**BRASIL. Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010.** Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm). Acesso em: 16 nov. 2024.

**BRASIL. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 18 out. 2024.

**BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Educação Especial.** Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. 2007. Disponível em:

[http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf&gt;](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf&gt;). Acesso em: 10 nov. 2024.

**BRASIL. Portaria nº 1.679 de 2 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1\\_1679.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf). Acesso em: 30 out. 2024.

**BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECESN72018.pdf?query=r\\_evogacao](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf?query=r_evogacao). Acesso em: 16 nov. 2024.

**COSTA, M. K. A. Inclusão e acessibilidade nas bibliotecas universitárias:** a formação e atuação do bibliotecário. Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado) 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A8SHQ3>. Acesso em: 10 out. 2024.

**FONSECA, C. C. R.; GOMES, G. F.; VANZ, S. A. de S. Acessibilidade e inclusão em bibliotecas: um estudo de caso.** Repositório – FEBAB. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6122>. Acesso em: 10 out. 2024.

**GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

**MAZZONI, A. A. et al.** Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em Bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v.30, n.2, p. 29-34, 2001. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/922>. Acesso em: 02 nov. 2024. 3500

**MINAYO, M. C. de S. (org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

**SANTOS, M. A. B.; GRACIOSO, L. de S.; AMARAL, R. M. do.** As Bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise de literatura científica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 2, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/668>. Acesso em: 15 nov. 2024.

**SASSAKI, R. K. Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

**SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

**SILVA, C. C. de L. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre e a “nova” política para o ensino médio.** Dissertação (Mestrado). Rio Branco, 2019. Disponível em: <http://www2.ufac.br/ppge/menu/dissertacoes-1>. Acesso em: 10 out. 2024.